



Encontro Nacional dos
Estudantes de Arquivologia
De 11 a 15 de Julho de 2016



REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NA DESCRIÇÃO DE FUNDOS DE ARQUIVOS PESSOAIS

Patricia Wu Martinho - UNIRIO

RESUMO

Este trabalho faz parte de uma pesquisa ainda em curso que tem por objetivo problematizar a tradicional ideia de “neutralidade” de gênero presente nos arquivos. A discussão neste artigo se orienta por um marco teórico pós-estruturalista, com ênfase em feminismo e pós-colonialismo. Desta forma, busca compreender como a mulher é retratada pela descrição arquivística, delimitando-se a arquivos pessoais. Analisa a representação feminina na descrição dos fundos dos arquivos pessoais disponibilizados pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Aborda arquivo enquanto campo de poder/saber em que se manifestam relações sociais nas quais o papel da mulher é periférico. Como resultado, observa que os fundos de arquivos pessoais do CPDOC refletem a reduzida representatividade feminina no cenário político brasileiro, evidenciando uma memória patriarcal como reflexo da própria sociedade. Conclui que é necessário aprofundamento de estudos de gênero pela Arquivologia, destacando que a descrição arquivística não é um fazer isento de valores perpetuados pela sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Descrição Arquivística. Arquivos Pessoais. Feminismo. Pós-modernismo. Memória.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O presente trabalho é um estudo inicial de uma pesquisa ainda em curso que tem o objetivo de problematizar a tradicional ideia de “neutralidade” de gênero presente nos arquivos. Com o destaque das abordagens pós-modernas na Arquivologia a partir dos anos de 1980, os conceitos de neutralidade e objetividade começaram a ser questionados de forma incisiva. O documento passou a ser visto como um produto conscientemente construído, sendo fruto de escolhas que são feitas desde a sua criação até sua

preservação. O Arquivo, portanto, começa a ser entendido como um espaço de poder. Nesse sentido, a teoria abre espaço para discussões a respeito de diversas formas de poder que se manifestam no âmbito da arquivística. O foco deste trabalho é analisar como se manifestam as relações de poder que atuam especificamente sobre o papel ocupado pela mulher nos arquivos.

Este trabalho parte da concepção adotada por Scott que considera dois significados para gênero: “é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primária de dar significado às relações de poder.”. (SANTO, 2008, p.318) Nesse sentido, o entendimento do conceito não se restringe à imagem binária do sexo como *homem versus mulher* baseada em atributos biológicos. Trata-se, portanto, de gênero no sentido de identidade, em uma postura que incorpora sujeito mulher e o extrapola ao questionar representações socialmente aceitas. Neste trabalho, a ideia de representação de gênero acaba por se resumir à representação das mulheres, uma vez que são analisados os fundos pessoais de indivíduos considerados importantes na história política brasileira.

Abordar a questão de gênero nos arquivos significa uma incursão por discursos marcados por contradições sociais. Conforme citado por Scott, “inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas”. (SCOTT, 1989, p.4) Esta discussão é necessária não apenas para recuperar a atuação das mulheres como um grupo silenciado pela história, mas principalmente para mostrar que a exclusão é um processo construído também nos arquivos.

Para fins de delimitação da pesquisa, será retratada a representação feminina na descrição dos fundos dos arquivos pessoais disponibilizados pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). O Programa de Arquivos Pessoais reúne, organiza e divulga o acervo de arquivos privados que pertenceram a pessoas públicas de atuação destacada no cenário político nacional e que foram doados ao CPDOC desde 1973 até os dias atuais.

A escolha pelos arquivos pessoais do CPDOC se deu por diversas questões. Primeiramente, pela relevância do acervo para a constituição da memória política do país e, conseqüentemente, para a formação da identidade nacional. De acordo com a própria apresentação do centro de pesquisa, um dos seus objetivos é abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país. Analisar estes conjuntos

documentais é um caminho para discutir o papel ocupado pela mulher na sociedade brasileira e sua representatividade política. Além disso, o acervo do CPDOC possui tratamento arquivístico e está totalmente informatizado, o que facilita o acesso para a pesquisa, pois a consulta é pública e pode ser feita online.

A investigação realizada nesta pesquisa tem uma dimensão quantitativa no que se refere à tentativa de identificar o número de mulheres que possuem seus documentos pessoais depositados no CPDOC, indicando dessa forma a participação feminina na política brasileira. Por outro lado, busca-se analisar a descrição arquivística empregada nesses fundos de documentos como uma avaliação qualitativa do papel desempenhado por estas mulheres. Diante das diversas funções desenvolvidas pelo arquivista, esta pesquisa foca em analisar a descrição arquivística por entender que nesta etapa do trabalho arquivístico, o profissional, por mais objetivo que tente ser, deposita seus valores ao escolher as palavras que compõem a descrição do acervo.

O artigo começa com uma discussão permeada pelo marco teórico pós-moderno que aborda o arquivo enquanto espaço de poder e saber, destacando a intencionalidade daqueles envolvidos com os documentos desde a produção até a preservação ou eliminação. Todas essas escolhas feitas no espaço do arquivo têm consequências diretas na formação da identidade e memória da sociedade. Antes de analisar os conjuntos documentais do CPDOC, é apresentado um breve histórico sobre a participação feminina na política brasileira a fim de demonstrar que, apesar de estarem em número reduzido se comparadas aos homens, elas estão presentes no cenário político. A partir disso, é feita uma busca pela representação feminina nos arquivos do CPDOC, o principal centro que reúne documentos pessoais relevantes para a política nacional. Por fim, são levantados alguns questionamentos e reflexões sobre o tema desta pesquisa de forma geral.

AS RELAÇÕES SOCIAIS E AS RELAÇÕES DE PODER NO ARQUIVO

A teoria pós-moderna destaca a ideia de que os documentos arquivísticos não são meros produtos passivos da atividade humana ou administrativa, como a soma de textos que uma cultura guardou em seu poder, como documentos do seu próprio passado ou como testemunho de sua identidade mantida automaticamente. Ao contrário, o documento de arquivo é “moldado, apresentado, representado, reapresentado, simbolizado, significado, assinado, construído” (COOK, 2012, p.128), como agente

ativo na formação da memória humana e organizacional. Conforme apontado por Foucault, “o arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito” (FOUCAULT, 2009, p.147). Tantas coisas ditas por tantos homens não surgiram apenas segundo a lei do pensamento, mas apareceram como um processo mudo graças a um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo. Pretende-se aqui evidenciar como o discurso patriarcal está infiltrado nos arquivos, nas relações sociais e formação da identidade da sociedade brasileira.

Uma das finalidades dos arquivos, conforme aponta Delmas (2011), é identificar-se para existir e promover relações sociais. O arquivo é entendido como um processo de reconhecimento de relações sociais e construção de identidade comum a uma sociedade. De acordo com Delmas, a identidade é composta pelos valores que os habitantes de uma sociedade compartilham entre si, formando laços sociais sem os quais a sociedade rompe.

Não se pretende aqui fazer um aprofundamento sobre o processo de construção de identidade nacional, pois se reconhece o perigo por trás da ideia de um “ethnos nacional” da noção moderna de que a soberania nacional é construída em cima de um discurso ao qual os indivíduos necessariamente pertencem. Conforme apontado por Appadurai (2006), existem muitas incertezas na vida social e sobretudo sobre o que seria um “ethnos nacional”.

Essas incertezas podem gerar uma ansiedade ligada às categorias de “minorias” e “maiorias” sobre o relacionamento dos muitos indivíduos, por vezes podendo ser demonstrada na forma de violência. Portanto, quando se constata a importância do arquivo na construção da identidade nacional, não se faz referências a excessos como nacionalismo e corporativismo, mas a ideia de compartilhamento de valores mínimos que mantém uma sociedade unida, sem deixar de ter em mente as possibilidades e impossibilidades enunciativas que o arquivo conduz, principalmente no que tange à mulher enquanto grupo de minoria em uma sociedade patriarcal.

Trabalhos com abordagens feministas, Cook cita Gerda Lerner como um exemplo, demonstram convincentemente que “o poder por trás dos primeiros documentos, arquivos e memórias foi impiedosa e intencionalmente patriarcal: as mulheres foram deslegitimadas pelo processo de arquivamento no mundo antigo, um processo que continuou até este século” (COOK, 2012, p.9).



BREVE HISTÓRICO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA BRASILEIRA

Historicamente a participação feminina no cenário político brasileiro ainda é baixa, apesar de a luta feminina por representação política ser de longa data. Em 1832, Nísia Floresta publica “O direito das mulheres e a injustiça dos homens”, denunciando o afastamento da vida pública imposto. Outras líderes como Bertha Lutz, Francisca Senhorinha da Mota Diniz, Josefina de Azevedo e Leolinda Daltro, entre outras, estiveram a frente das primeiras conquistas feministas.

Destaca-se o pioneirismo do estado do Rio Grande do Norte com a promulgação da Lei Eleitoral do Estado de 1927, determinando em seu artigo 17: “No Rio Grande do Norte, poderão votar e ser votados, sem distinção de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei”. O fato repercutiu no Poder Legislativo federal, que chegou a discutir a validade da lei e da votação, mas ao final, teve o respaldo do Congresso.

O direito ao voto por parte das mulheres em âmbito nacional só foi obtido em 1932. Nas eleições de 1933, pela primeira vez elas puderam se eleger e votar. Apesar de todos os esforços de movimentos feministas, a representação de mulheres continua ínfima.

Diante da pequena representatividade feminina na política, é de se esperar que os arquivos possuam poucos documentos de mulheres como referência no cenário político. Ainda que poucas, algumas assumiram papel de protagonista na política. O pioneirismo do estado do Rio Grande do Norte na luta pela emancipação política feminina foi refletido nas urnas, quando a primeira prefeita do Brasil, Alzira Soriano, foi eleita em 1929. A cidade de Lajes a elegeu com 60% dos votos, tornando-a a primeira governante de uma cidade da América Latina. A cidade também elegeu Maria do Céu Fernandes, a primeira deputada estadual do Brasil em 1935.

A primeira deputada federal do Brasil foi eleita em 1933. Carlota Pereira de Queiroz venceu o pleito pelo estado de São Paulo. A primeira senadora só foi eleita em 1979, quando Eunice Michiles venceu pelo estado do Amazonas. Em 1981, Laélia de Alcântara foi a primeira senadora negra da história, lutando pelo aborto e contra o racismo.

No Poder Executivo estadual, a primeira governadora brasileira foi Iolanda Fleming, eleita como vice pelo Acre, assumiu o cargo em 1986 quando Nabor Júnior

deixou de ser titular para disputar as eleições para o Senado. Roseana Sarney foi a primeira governadora eleita em 1994 pelo estado do Maranhão. Em 2010, Dilma Rousseff foi eleita a primeira mulher para presidir o país.

No campo político, apesar do lento crescimento da participação feminina na política, o patriarcalismo ainda é percebido desde a configuração dos partidos políticos, dominados por homens, até nos números de representantes eleitos. Em 2016, o Congresso Nacional é composto por 51 deputadas, o que representa somente 9.9% da Câmara dos Deputados, enquanto o Senado Federal é composto por 11 mulheres de um total de 81 senadores, representando assim apenas 13.6%.

A PRESENÇA DELAS NOS ARQUIVOS PESSOAIS DO CPDOC E A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

O CPDOC disponibiliza em seu site um guia como instrumento de pesquisa para acessar os 175 conjuntos documentais, dentre os quais 166 pertencem a pessoas públicas do país, em sua maioria, atuantes políticos. Antes de analisar a descrição dos fundos e seus titulares, cabe mencionar o enunciado de apresentação da instituição em seu site: “Os conjuntos documentais doados ao CPDOC, que podem ser conhecidos no Guia dos Arquivos, constituem, atualmente, o mais importante acervo de arquivos pessoais de homens públicos do país, integrado por aproximadamente 200 fundos, totalizando cerca de 1,8 milhão de documentos”. O discurso associa a imagem masculina aos personagens importantes na construção política do país.

Dos 166 titulares de arquivos pessoais disponibilizados pelo guia do CPDOC, apenas sete mulheres estão representadas: Almerinda Farias Gama, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Delminda Aranha, Hermínia Collor, Hilda Machado, Luiza Aranha e Rosalina Coelho Lisboa.

De acordo com a descrição do fundo dessas mulheres, cinco delas possuem mais destaque por parentes homens que ocuparam cargos políticos de alto escalão do que por suas próprias atividades. Inclusive, três delas não possuem qualquer atividade listada na descrição arquivística de seus conjuntos documentais.

Ao analisar os arquivos policiais da França no século XVIII, Farge (2009), afirma que “a cena política oficial não pertence às mulheres”. Entretanto, a autora afirma que um olhar mais atento aos documentos, deixando entrever o que os discursos mascaram, as mulheres se encontram ali no arquivo, trabalhadoras, decididas e tomadas

pelo jogo político. Os fundos do CPDOC¹ revelam uma semelhança com o que é apresentado por Farge. No cenário político brasileiro, quando as mulheres são representadas no arquivo, apresentam um papel periférico.

Dentre as funções arquivísticas, a descrição evidencia de forma mais clara a escolha das palavras que vão representar os conjuntos de documentos, indicando a denúncia dos teóricos pós-modernos: nada é isento. As palavras que não são ditas, como a ausência da descrição das atividades desempenhadas por Hermínia Collor, Hilda Machado e Luiza Aranha, também dizem muito sobre essas escolhas.

A análise do discurso se faz essencial para que a Arquivologia repense suas funções, principalmente a descrição, pois não se pode ignorar as relações sociais em que o arquivo está inserido. Segundo Bourdieu (2002) em *A Dominação Masculina*, as oposições inscritas na estrutura social servem de suporte a estruturas cognitivas, taxinomias práticas, muitas vezes registradas em adjetivos, que permitem produzir julgamentos éticos, estéticos, cognitivos. Essas práticas são também reproduzidas no arquivo, assim como em toda sociedade.

O grupo dos homens públicos importantes para a história política, enquanto maioria no poder, não existe sem minoria, seja feminina ou de outros grupos silenciados. Portanto, o discurso é dialético, na medida em que um só existe por causa da outro. Essa dialética é transpassada para o *eu versus ele*, questão elementar na teoria sociológica que existe na identificação do contraste nas relações sociais. Esse contraste, nos arquivos, evidencia a presença de uns e ausência de outros. “Mas quem é merecedor? E quem determina o merecimento? De acordo com quais valores? E o que acontece quando os valores e o seu determinador mudam ao longo do tempo? E quem é considerado não merecedor e esquecido, e porquê?” (Cook, 2012, p.130).

CONCLUSÃO

É evidente que a desigualdade de gênero na esfera política brasileira está refletida no arquivo. A intenção deste trabalho não foi trazer as estatísticas já conhecidas sobre a baixa participação feminina na política brasileira, mas trazer uma reflexão sobre a construção de alternativas que contribuam para a superação desse quadro.

Se o arquivo é entendido como “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva pública ou privada, pessoa ou família, no

desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.27), não haverá a presença significativa de mulheres em arquivos enquanto não houver uma política inclusiva que leve em conta a representatividade de grupos de minorias. Se elas não estão na política, não estarão nos arquivos pessoais de instituições voltadas para a memória política.

No entanto, em relação aos documentos pessoais daquelas mulheres que estiveram presentes na esfera política, cabem alguns questionamentos. Por que não estão nos arquivos? Por que seus arquivos pessoais não foram doados? Estes arquivos pessoais foram buscados por instituições arquivísticas? Bellotto afirma que “no Brasil, parece-me que, em geral, o arquivo é mais bem oferecido do que perseguido, salvo exceções”. (BELLOTTO, 1998, p.205). Uma investigação mais aprofundada se faz necessária para responder essas questões.

Conforme citado por Cook, “é necessário entender o meio político, econômico, social e cultural de qualquer sociedade para entender seus arquivos, (...) as ideias existentes sobre arquivo, num dado momento, não são, senão, uma reflexão das mais amplas correntes da história intelectual” (COOK, 2012, p.6). É necessário, portanto, um aprofundamento de estudos de gênero pela Arquivologia, levando em consideração a interdisciplinaridade com a sociologia, ciência política, história, entre outras disciplinas que possam contribuir para o entendimento dos arquivos.

A representação feminina nos arquivos passa pelo processo de construção de identidade da sociedade. Se as mulheres não estão representadas, ou se aparecem com um papel periférico, corremos o risco de corroborar com o que Bourdieu (2002) chama de “eternização do arbitrário”.

O Arquivo tem a capacidade de transformar arbitrariedades culturais em algo natural, dado que nem os documentos e nem as atividades exercidas pelo arquivista são isenta de valores perpetuados pela sociedade. Assim, as mulheres permanecem como grupo minoritário silenciado pela história na memória do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPADURAI, Arjun. Fear of small numbers: an essay on the geography of anger. Durham: Duke University Press, 2006.



ARQUIVO NACIONAL (Brasil) Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro, 2005.

BELLOTTO, H. L. . Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 201-207, 1998.

BOURDIEU, P. (2002). A dominação masculina. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória no mundo pós-moderno. Estudos Históricos. n. 21, v. 1, 1998. pp. 129-149.

_____. A ciência arquivística e o pós-modernismo: novas formulações para conceitos antigos. Revista InCID. São Paulo, v. 3, n. 2, p. 3 - 27, 2012.

DERRIDA, J. Mal d'archive. Edition Galilée, 1995. Mal de Arquivo, uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DELMAS, Bruno. Arquivos para quê? Textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

FARGE, Arlette. O sabor do arquivo. São Paulo: Edusp, 2009.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

JIMERSON, Randall C. Archives for All: The Importance of Archives in Society. Congresso Brasileiro de Arquivologia, XV. Anais Goiânia: Congresso Brasileiro de Arquivologia, 2008. pp. 1-18.

MCEWAN, Cheryl. Building a Postcolonial Archive? Gender, Collective Memory and Citizenship in Post-apartheid South Africa. Journal of Southern African Studies 29(3): 739-757, 2003.

RAGO, Margareth. E se Nietzsche tivesse razão? A categoria do gênero no pós-estruturalismo. Tecnologias Reprodutivas – Ed. UNESP. São Paulo, pp. 31-45.



SANTO, Patricia. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. Em Questão, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 317 - 332, jul./dez. 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica. Educação e Realidade. 20 (2), p.71-99, 1995.

SENADO FEDERAL, PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER. Mais Mulheres na Política. Brasília, 2013. Disponível em:

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496489>. Acesso em: 25/03/2016.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Há 80 anos mulheres conquistaram o direito de votar e ser votadas. Disponível em: [http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-](http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Marco/ha-80-anos-mulheres-conquistaram-o-direito-de-votar-e-ser-votadas)

[tse/2013/Marco/ha-80-anos-mulheres-conquistaram-o-direito-de-votar-e-ser-votadas](http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Marco/ha-80-anos-mulheres-conquistaram-o-direito-de-votar-e-ser-votadas).

Acesso em 25/03/2016.